
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

CRÍTICA LITERÁRIA: ALGUMAS REFLEXÕES INTEMPESTIVAS¹

Paulo Franchetti² (Unicamp)

RESUMO: O texto discute alguns aspectos da crítica literária na contemporaneidade brasileira, com especial atenção para as alterações que se produziram, nas últimas décadas, no seu escopo e função.

PALAVRAS-CHAVE: crítica literária; cultura brasileira; teoria literária.

Gostaria de começar estas reflexões com algumas perguntas que me fiz e ainda me faço, com mais frequência, com o passar dos anos. Ou seja, gostaria de começar pela exposição de algumas angústias que foram tomando corpo ao longo do tempo, até que me conduziram ao relativo impasse em que hoje me encontro – que, entretanto, não julgo ser algo apenas pessoal, mas de caráter amplo.

Essas questões, creio, se apresentam desde sempre a quem pretenda dedicar-se com seriedade à crítica literária. Nos últimos 30 anos, porém, parece cada vez mais difícil de encontrar uma boa resposta, que satisfaça a premência das perguntas.

A primeira delas é: para que escrever crítica literária? A segunda, correlata, é: para quem escrever, quem é o destinatário preferencial do discurso crítico? E ainda uma terceira, intimamente ligada às anteriores: onde escrever crítica literária?

Creio que, pelo menos até meados do século passado, essas questões encontravam respostas mais fáceis entre nós. De fato, quando tinha plena força o imperativo nacionalista, quando o norte da vida cultural era identificar, construir ou promover a identidade nacional, a literatura ocupava um lugar de primeira importância, sendo a educação literária considerada essencial para a formação do cidadão completo.

¹ Texto lido originalmente na Academia Brasileira de Letras em 11 de agosto de 2015 - há gravação disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ovYP5eDewVo>>

² <http://lattes.cnpq.br/3100951008080573> - paulofranchetti@gmail.com

Nesse quadro, a atividade crítica tinha um lugar relevante por princípio, pois era a crítica o instrumento que orientava, avaliava e promovia a criação literária em função do objetivo maior de particularizar, representar e interpretar a realidade nacional.

A literatura e sua crítica, assim, integravam um esforço amplo, que se poderia definir como o esforço de construção de normas, de padrões civilizacionais que não só definissem, mas também promovessem a unidade nacional, enfrentando o fantasma da fragmentação cultural e política do vasto território.

Num momento em que sequer a língua portuguesa era hegemônica em parte significativa do país, tornou-se uma tarefa urgente para a intelectualidade moderna formar não apenas um substrato cultural comum, que garantisse a integração do Brasil no Ocidente (e o esforço nesse sentido foi imenso e amplo, como se pode ver, entre outros Casos, pela profusão das conferências do final do século e pela atividade editorial e literária de Lobato) – mas também criar ou afirmar um padrão linguístico, uma norma de ampla difusão e adoção.

Boa parte da carreira de Olavo Bilac, por exemplo, foi dedicada a essa tarefa. A leitura das suas conferências e discursos mostra a que ponto a ameaça da fragmentação do país – apresentada como provável inclusive numa crônica de Eça de Queirós, quando da implantação da República – ocupou a sua imaginação e dirigiu a sua atividade de publicista. A campanha pelo alistamento militar obrigatório era, para ele, sobretudo uma campanha pela hegemonia da língua portuguesa. E a obsessão com a gramática e a correção parnasiana marcaram o período. A tal ponto que, como se sabe, a maior polêmica sobre o Código Civil não se deu em torno de princípios jurídicos, mas da propriedade da redação do documento.

Em muitos sentidos – tanto no gosto literário, quanto no ideal de escrita formal – o Parnasianismo foi triunfante, e ainda na instituição escolar, e também na burocracia do Estado e na tradição linguística jurídica, cujo transbordamento para a literatura ainda hoje alguns satirizam com a denominação “bacharelesca”.

A questão literária não poderia ter ficado alheia a esse imperativo de construção da norma. Até mesmo para Mário de Andrade as vantagens da existência de um padrão culto fixado pela tradição eram claras, como se vê num artigo de 1939, denominado “Feitos em França”. Nesse texto, que merecia ser mais divulgado, Mário narra sua experiência de ler, traduzidos para o francês, contos de escritores brasileiros pelos quais não tinha grande consideração. Em francês, pareceram-lhe alguns francamente bons. Em português, não se sustentavam. A conclusão de Mário foi que a norma literária francesa oferecia uma garantia de qualidade média que, no Brasil, não havia, tendo cada escritor de inventar a sua língua.

Por não ser um texto conhecido, vale talvez a pena transcrever um trecho. Este, em que Mário diz:

Não é possível a gente ser claro, pois não há uma claridade normalizada de expressão e cada um é claro só para consigo mesmo; não é possível ser sutil, pois que tudo são sutilezas de um individualismo desbragado; não é

possível elegância onde não há conformidade; não é possível vigor verdadeiro, certeza, mecanismo, abstração, pois que tudo é sumarento, é desregramento, desobediência e espontaneidade. (Andrade 1972b: 35).

É contra o pano de fundo desse trecho que creio devemos ler um seu artigo mais conhecido, “A língua viva”, no qual distingue duas modalidades de língua culta: a fixada pela tradição e que deve ser empregada na filosofia, no direito e na ciência e que extrai da sua fixidez o seu valor principal; e a literária, que se move sobre a norma (com o conhecimento da norma) e sobre ela atua, inovando segundo a necessidade do assunto ou do tom (Andrade 1972b: 211-215).

Nesse quadro e nessa época, a função da crítica parecia clara a Mário. Podemos ver qual era essa função, entre outros locais, no artigo “A raposa e o tostão”, também de 1939 (Andrade 1972b: 101-108). Como aí se lê, a crítica teria como pressuposto importante a questão nacional: “na literatura – diz ele logo de início – é toda uma falange de poetas e prosadores que, de norte a sul, unificam o país dentro da mesma força criadora e da mesma riqueza de manifestações variadas”.

Hipostasiando a intenção de unidade nacional, Mário atribui à crítica, antes de tudo, no seu momento, uma função seletiva. Caberia a ela identificar, no meio da aluvião de obras em que, a falta de domínio técnico e conhecimento da língua culta produzem efeitos de pouca importância, aquelas que de fato sejam relevantes para desenhar a imagem da cultura de uma fase, como se pode ver em Mário:

E não está nisto a mais admirável finalidade da crítica? Ela não deverá ser nem exclusivamente estética nem ostensivamente pragmática, mas exatamente aquela verdade transitória, aquela pesquisa das identidades ‘mais’ perfeitas que, ULTRAPASSANDO AS OBRAS, BUSQUE REVELAR A CULTURA DE UMA FASE E LHE DESENHE A IMAGEM. (Andrade 1972b: 101 – maiúsculas do autor)

Ou seja, ainda aqui se juntam de modo íntimo a questão da identidade nacional e a questão da língua.

Esta última, como verá quem quer que percorra um bom número de páginas reflexivas de Mário, é obsessiva para ele. E seu diagnóstico constante da maturidade conclui pela falta, como, por exemplo, em “Polêmicas”, onde lemos: “A língua portuguesa (...) é uma língua inculta”, “não me parece suficientemente cultivada pra servir de expressão às ideias abstratas!” (Andrade 1972b: 176-177).

Estas considerações, entretanto, não devem fazer supor que o nacionalismo de Mário de Andrade fosse simples ou que ele julgasse que “a imagem da cultura de uma fase” fosse uma imagem de algo como uma essência nacional. De fato, um dos defeitos que Mário aponta, em 1931, na crítica anterior ao seu tempo é o de tentar, de formas diversas, “enxergar o que não existe ainda, a nação”; ou, como diz nesse mesmo texto, “não é tempo ainda de compreender a alma-brasil por síntese” (Andrade 1972a: 8).

Não vou prosseguir no exame da questão até chegar ao texto *O movimento modernista*, de 1942. Mas ainda aí se pode ver a premência da questão da língua culta literária e, de corpo inteiro, o nacionalismo ativo em sua versão antilusitana, pois o ideal de Mário de Andrade, em termos linguísticos, parece ser aqui o que ele denomina “identidade brasileira” e que teve um bom momento quando os românticos operaram (nas suas palavras) um “esquecimento da gramática portuguesa, que permitiu muito maior colaboração entre o ser psicológico e sua expressão verbal” (Andrade 1972a: 244).

Nas décadas seguintes, que são as do segundo pós-guerra, assistimos no Brasil a um enorme desenvolvimento da instrução universitária e à constituição dos primeiros órgãos de conservação e promoção da cultura. Assistimos também à concomitante e impressionante expansão dos meios de comunicação de massa – cuja relevância para a normatização linguística fora já percebida com muita acuidade por Mário, que publicou em 1940, um artigo de grande interesse, intitulado “A língua radiofônica” (Andrade 1972b: 185-189).

A expansão da instrução foi, entre nós, acompanhada do fortalecimento de uma intensa atividade crítica no interior da universidade, que em grande parte deu continuidade às preocupações de Mário de Andrade, adotando, no que diz respeito à construção do nacional por oposição ao estrangeiro (e ao português, em especial), o ponto de partida firmado pelo escritor modernista na conferência-testamento a que acabo de me referir.

Ou seja, a literatura – sua história e sua crítica, embora menos a questão linguística – continuou a ser uma das vias de acesso e inteligibilidade do que seria a especificidade brasileira.

Com mais ênfase na face sociológica, a corrente interpretativa mais prestigiosa da segunda metade do século XX, irradiada a partir da Universidade de São Paulo, ainda buscava, por meio da literatura, para retomar os termos de Mário de Andrade, “revelar a cultura de uma fase e lhe desenhar a imagem”. Mas não qualquer imagem, está claro: desenhar a imagem da construção do ser nacional, em dado momento, não raro procedendo ao que Mário dizia não ser possível em 31, ou seja, “compreender a alma-brasil por síntese”.

Essa tradição operou uma seleção de objetos conformes ao seu pressuposto, e definiu um repertório que serviria de parâmetro de avaliação crítica de toda a história moderna da literatura brasileira, como se pode ver na asserção de Flora Süssekind:

A exigência de uma sintonia nítida entre literatura e vida nacional, de uma literatura que ‘documente’ o que ocorre no país, aponta para o fato de a crítica literária brasileira ter sido geralmente ‘mais realista que o rei’. Não é só como programa literário de romancistas em momentos diversos de nossa história que surge o naturalismo. Ele tem sido, sobretudo, um parâmetro crítico. Normativamente tem servido para a exclusão e o esquecimento de escritores

e obras menos documentais, e para o privilégio daqueles que ‘representem’ claramente a nacionalidade. (1984: 122)

Antonio Candido, num texto pouco eficaz como interpretação, mas muito ilustrativo do pressuposto – “De cortiço a cortiço”, o célebre ensaio sobre *O Cortiço* – deu a melhor definição à forma de operar da corrente crítica de que é o maior expoente, espelhando no seu objeto (isto é, a literatura do século XIX) o imperativo de ter, em sua elaboração, “o Brasil como intermediário” (1991: 128). Isto é, de ser feita sempre sob a injunção de fornecer uma “representação do Brasil como um todo”.

E não creio que seja preciso sequer lembrar que desse tronco proveio o ramo mais radical de vinculação entre produção literária e conhecimento da vida social brasileira, fazendo inclusive derivar do segundo a capacidade de compreensão e apreciação plena da primeira, que é o constituído pela obra de Roberto Schwarz.

Não é o caso de discutir aqui essa vertente, embora seja quase impossível não o fazer, em alguma medida. Mas o que me interessa é marcar que, até as décadas finais do século XX, a literatura ainda ocupava um lugar privilegiado na vida cultural do país. Não apenas porque sucessivas propostas de leitura do nacional a colocavam no centro do interesse, mas também porque a expansão universitária gerou um enorme contingente de pessoas ávidas de cultura, pois as faculdades de Letras e Ciências Humanas abriram o maior número de vagas de ensino superior, com vistas principalmente à formação de educadores. Daí provém o momento de esplendor da imprensa cultural no país, no qual as perguntas que apresentei no começo desta palestra tinham respostas variadas e otimistas.

Não só a produção de livros vinha aumentando muito desde os anos finais do Estado Novo, mas ainda a indústria cultural (por meio da venda em bancas, como as realizadas pela Editora Abril) oferecia farto material cultural em português, para atender à demanda generalizada pelo interior do país. Daí que a atividade crítica e formadora da universidade dispusesse de público amplo a ponto de sustentar a publicação, em cada grande jornal da época, de páginas específicas e mesmo de alentados suplementos de literatura e cultura, onde a crítica tinha um lugar de destaque. Basta lembrar, entre tantos, os suplementos do *Jornal do Brasil*, do *Estadão*, do *Correio Paulistano* e, mais recentemente, da *Folha de São Paulo*. Ao mesmo tempo, as antologias, as coletâneas de crítica literária e os livros de história de literatura tinham um público pela primeira vez aparelhado culturalmente e disseminado pelo interior do país, e não concentrado apenas nas grandes capitais.

Entretanto, esse quadro – que ainda provoca muito discurso nostálgico – mudou rapidamente na virada para este século. E as consequências da mudança se tornaram mais agudas nas últimas décadas.

Mas antes das consequências, queria especular um pouco sobre as causas delas. E creio que as causas são basicamente a perda da relevância social da literatura, com o deslocamento dos debates sobre a nação para outras esferas da produção intelectual, a onipresença da indústria cultural, o baixo nível de escolarização e a má preparação para a leitura e para o acesso ao mundo da cultura. Pela conjugação desses fa-

tores, não só o interesse pela literatura do passado diminui brutalmente a cada ano, mas a escola – que sempre foi o lugar de preservação e de disseminação da literatura – passou a ser pautada, no Brasil, por uma agenda rigorosamente antiliterária.

Quando se observam os parâmetros curriculares, a desimportância contemporânea da literatura como matéria de estudo é gritante. E basta observar de que modo ela comparece no ENEM para verificar que hoje, diferentemente do que ocorria há apenas algumas décadas e ainda ocorre isoladamente nas principais universidades paulistas, os responsáveis pela definição do conteúdo mínimo para habilitar um cidadão ao pleno exercício da cidadania não consideram que a literatura deva ter algum peso diferenciado. Pelo contrário, a interpretação de texto se faz em cima do conhecimento comum da língua, sem apelo à diversidade de tempo e de espaço presente nas obras do passado.

De meu ponto de vista, isso resulta de uma ação continuada e constante para a desvalorização das modalidades de discurso que Mário de Andrade chamava de “língua culta” e “língua literária”. A hegemonia dos estudos linguísticos nas universidades e a aniquilação prática de disciplinas ligadas à codificação da “língua culta”, aliada à vulgarização esquerdista dos lemas dos estudos variacionistas, brandindo a acusação de “preconceito linguístico” contra qualquer esforço escolar de codificação da linguagem tradicional, produziram, no próprio interior da universidade, gerações de professores com grandes dificuldades de escrita e maiores dificuldades de manejo da língua para produzir textos reflexivos. Isso para não falar dos erros crassos de ortografia, regência e concordância – que fazem com que seja comum hoje ouvir, como elogio em bancas de mestrado e doutorado, que o iminente mestre ou doutor, “escreve corretamente” ou “escreve bem”.

No campo dos estudos propriamente literários, juntou-se a outros fatores (por assim dizer externos), que levaram à perda da relevância social da literatura, a crítica sistemática ao cânone, exibindo o seu arcabouço ideológico.

Não sendo mais útil como modelo de língua, a literatura ensinada na escola dependia de uma lista de obras e de um quadro de valores que as últimas gerações aprenderam a desmontar (ou desconstruir, se se preferir o termo) para exibir o seu viés eurocêntrico, falocêntrico, classista, heterocêntrico, racista etc.

Em reação, o conjunto de obras definido ao longo dos anos pela tradição crítica passou a ser confrontado, como quadro de valores, com outros conjuntos, determinados agora não pelo papel determinante que tiveram em seu tempo e nas gerações seguintes, por meio da apropriação crítica e histórica, mas pelos valores que orientaram a crítica e o desmonte do cânone: literatura gay, queer, negra, operária, de testemunho, feminina, feminista etc.

E por fim, como consequência da corrosão a que se submeteram as questões que, desde o Romantismo, sustentavam a relevância do estudo da literatura, na universidade afirma-se uma modalidade discursiva acadêmica que não é sobre a literatura, mas “a pretexto” de literatura. Refiro-me, evidentemente, àquele tipo de discurso que eliminou a expressão “da literatura” do seu nome e se apresenta sobranceira-

mente apenas como “teoria”. Essa Teoria, com maiúscula, é uma das consequências do nivelamento da literatura, enquanto objeto, às demais práticas culturais de um tempo. Entre nós – como talvez em outras partes – tem consistido na prática da glosa do teórico da vez, e estimulado um tipo de discurso sobre a literatura que não pressupõe, a rigor, nem mesmo o conhecimento do quadro histórico em que se produziu o seu objeto, ou as leituras que dele se fizeram nos tempos subsequentes.

Curiosamente, porém, talvez por isso mesmo, é um discurso que tem pouco a dizer sobre os objetos do presente e um dos menos aptos a dizer algo para além do círculo estreito dos adeptos, por conta não só do jargão específico, mas também porque, consistindo basicamente de metáforas interpretativas retiradas de um conjunto de autores da moda, seu interesse se apaga rapidamente, conforme sua fonte perde proeminência ou é suplantada por um produto novo.

Portanto, no interior da universidade, neste momento – para além daquelas formas de trabalho que têm na inércia e no apego à nostalgia a sua justificação – a reflexão sobre a literatura e sua abordagem nos cursos de graduação e de pós-graduação, experimenta uma crise de grandes proporções e desenvolvimentos imprevisíveis para a definição do campo.

Isso porque, tanto no que diz respeito à língua, quanto no que diz respeito ao valor das obras, o estudo da literatura não parece continuar sendo uma forma privilegiada de acesso à nacionalidade (conceito hoje submetido hoje igualmente à corrosão da crítica) ou a uma base cultural comum sobre a qual se assentaria a nacionalidade.

Quanto a isso, creio que se possa mesmo dizer, nos dias de hoje – parafraseando Mário de Andrade –, que a crítica, quando exercida além dos interesses imediatos do marketing ou da mera obtenção de um título universitário, só nos consegue fazer “enxergar o que já não existe, o projeto de nação”. E não é só isso: junto com a justificativa romântica para o estudo da literatura desfaleceram também os pressupostos iluministas de valorização abstrata da cultura e de que a literatura era um dos caminhos para a integração do jovem país na civilização.

No momento, creio que são estes os impasses principais da crítica literária no interior da universidade. E como, no Brasil, a quase totalidade dos críticos que escrevem hoje em jornais e revistas literárias é constituída ou de alunos ou de professores ou aspirantes a professores universitários, a crise da crítica universitária é também – em nível mais descorado por conta do compromisso do lugar da escrita e da sua destinação – a crise da crítica em geral.

De fato, basta percorrer os jornais e revistas da grande imprensa ou da imprensa alternativa para perceber como é recorrente a ânsia de glosar os lugares estabelecidos pelos discursos acadêmicos mais prestigiosos, ainda que disso resultem textos contraditórios ou incongruentes. E é curioso observar outra consequência da extração acadêmica: a imagem de respeitabilidade crítica se faz por meio da curiosa mistura do olhar desdenhoso que a universidade ainda lança sobre o campo do presente com o esforço historizante, que busca substituir o debate sobre objetos pela pro-

posição de linhas de filiação nas fontes canônicas eleitas e celebradas pelas versões hegemônicas do desenvolvimento da literatura nacional.

A principal consequência, do meu ponto de vista, é a acentuada rarefação do embate crítico nos textos destinados ao público em geral. Dominam ali a paráfrase ou a transcrição, em mosaico, das formulações metalinguísticas da própria obra ou do discurso do autor sobre si mesmo, presente em entrevistas, artigos e depoimentos, combinada em medida vária com um apanhado dos lugares-comuns da historiografia ainda dominante, de modo a “explicar” o objeto pela filiação a um deles, como decorrência ou contraposição. Dessa conjunção brota, de regra, um discurso plano, levemente acadêmico e tedioso, cujo atrativo principal é dar a notícia e servir de resumo ao que está presente na própria obra e nos seus paratextos.

O resultado imediato é a anemia e o desinteresse que caracterizam a maior parte da produção brasileira que enfoca os textos literários do presente, que se mostra incapaz tanto de real enfrentamento com os objetos do passado, quanto de abordar de modo produtivo os problemas imediatos da cultura contemporânea e, principalmente, de lidar com a questão do valor literário – cuja ausência inviabiliza qualquer discurso que se pretenda incluir na denominação “crítica literária”.

Ao mesmo tempo, vivemos uma época cheia de eventos literários: sucedem-se concursos, saraus, conferências, congressos, feiras – multiplicam-se instâncias onde o escritor aparece mais do que a sua obra, e que lhe rendem, frequentemente, mais retorno financeiro do que os livros publicados. O fortalecimento e internacionalização do mercado livreiro é um fato. E a espetacularização da figura do escritor – muitas vezes em detrimento da própria obra – é inegável.

Daí decorre um último grau de abastardamento crítico, talvez não dos menos lucrativos, que é a sua redução a dublê de parafrazeador e cortejador dos vários lugares do poder intelectual e de colunista social ou agente secundário de marketing, capaz de ocupar, assim, os cada vez mais reduzidos espaços destinados à crítica literária na grande imprensa.

Se eu fosse mais otimista em relação à universidade, ousaria esperar que dali surgisse uma energia nova, capaz de repor a crítica literária num lugar de relevância no panorama da cultura. Se fosse menos pessimista com relação aos efeitos profundos da continuada decadência do ensino das humanidades no Brasil, em todos os níveis, poderia esperar que a formação de um público mais aparelhado culturalmente terminasse por provocar o surgimento de uma crítica ativa, que tivesse como real interlocutor o leitor inteligente e culto espalhado pelas várias regiões do país.

Como não sou, penso que terminamos por girar num trajeto fechado, que no final produz o que em outro texto tentei definir como “demissão da crítica”. De onde virá, se é que poderá ainda vir, a força que impeça a continuidade do estado atual, não sei. Mas embora deseje que o panorama se altere rapidamente para melhor, a configuração geral da cultura no Brasil não me anima a arriscar bom prognóstico.

OBRAS CITADAS

ANDRADE, Mário de. “Tristão de Ataíde” (1931). *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972a.

_____. *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972b.

CANDIDO, Antonio. “De cortiço a cortiço”. *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo), n. 30, p. 111-129, jul. 1991. Disponível em <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-30/#58dbd825dc463>>.

FRANCHETTI, Paulo. “A Demissão da crítica”. *Germina: revista de literatura e arte*, v. 1, n. 1., 2005. Disponível em <http://www.germinalliteratura.com.br/enc_pfranchetti_abr5.htm>.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

LITERARY CRITICISM: A FEW PREMATURE CONSIDERATIONS

ABSTRACT: This essay focuses on some aspects of literary criticism in contemporary Brazilian culture, with special attention to the changes that had taken place in recent decades in its scope and function.

KEYWORDS: literary criticism; Brazilian culture; literary theory.

Recebido em 15 de agosto de 2016; aprovado em 20 de dezembro de 2016.